

2007/10/02

Os PORTUGUESES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – O DIAMANTE ESQUECIDO DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA[1]

Nuno Manaivo[2]

Introdução

No decorrer da recente visita do Chefe de Estado Português aos Estados Unidos da América (EUA), na cidade de Fall River, Massachussets, uma emigrante portuguesa confessava a um jornalista: “desde Mário Soares é a primeira vez que o Presidente da República nos veio visitar”.



Este sentimento de abandono recorrente, testemunhado naquela que é uma das mais antigas e emblemáticas cidades *portuguesas* dos Estados Unidos, ilustra o sentimento da comunidade lusitana no exterior, mas espelha, igualmente, a distância que existe entre as autoridades nacionais e essas comunidades que procuraram noutros Estados as oportunidades que Portugal não lhes soube oferecer.

Se nos lembrarmos que Massachussets foi o começo da colonização do continente americano, porta de entrada dos WASP (White Anglo-Saxonic Protestant) fugidos da Europa, berço da cultura e da ciência norte-americana, local onde a comunidade portuguesa começou por se fixar desde os primórdios da emigração lusitana, percebemos melhor a dimensão do fosso que esse afastamento constitui no imaginário traído dessas comunidades.

Melhor percebemos, ainda, esse afastamento, quando olhamos para o espectro político desse Estado e que fruto das significativas comunidades lusitanas nas cidades de New Bedford, Fall River, Cambridge, Taunton ou Lowell, compreendemos o seu peso no poder local dessas e de outras edilidades, bem como a sua tradução a nível estadual com os sucessivos mandatos parlamentares de Robert Correia, na Câmara dos Representantes e de Marc Pacheco, no Senado da State House de Massachussets.

Esta realidade que se repete noutros importantes estados norte-americanos tem na Califórnia a sua expressão máxima, com a eleição nas últimas eleições de três membros de origem portuguesa para a Câmara dos Representantes do Congresso Federal: Devin Nunes (R); Dennis Cardoza (D) e Jim Costa (D).

O referido sentimento de quase orfandade, que não é alheio mesmo aos luso-descendentes que mais elevados postos atingiram na estrutura política do País, é incompreensível, sobretudo, para um País de fracos recursos ao serviço da sua política externa, como é o caso português.

Apesar de ser da maior justiça reconhecer aos diferentes responsáveis políticos dos Açores o esforço desenvolvido na sistemática aproximação a estas comunidades, de onde a grande maioria é originária, o País, como um todo, não soube ainda tirar partido continuado desta realidade na defesa do seu interesse nacional.

É por isso que estas comunidades constituem o diamante esquecido da política externa portuguesa.

A Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos da América

Uma das principais impressões digitais dos Estados Unidos resulta da forte emigração que recebeu e que tanto contribuiu para o desenvolvimento económico e social do País, ao mesmo tempo que emprestou um pendor largamente pluralista à cultura americana.

A emigração portuguesa para a América do Norte, acompanhando o primeiro surto de forte emigração para este País, cresceu, sobretudo, desde a última década do Séc. XIX até ao período de 1911-1920, começando depois a decair, tal como se verificou com a imigração em geral nos EUA.

Mais tarde conheceria um novo pico de expansão entre 1960 e 1980, coincidindo com o intenso período de imigração portuguesa em geral.

Transversalmente a estes dois picos, a procura dos EUA como destino de tantos milhares de portugueses, justifica-se não só pela necessidade económica de procura dos empregos que não

existiam em Portugal, como também pela particularidade geográfica do arquipélago atlântico dos Açores, a meia distância entre os Estados Unidos e Portugal continental, origem da grande percentagem desse fluxo.

A relação especial que os diversos circunstancialismos históricos e geográficos permitiram elevar o Arquipélago na escala de interesses norte-americanos, de onde se destaca a importância geoestratégica da Base das Lages, na Ilha Terceira, permitiu que, por exemplo, no rescaldo da erupção do vulcão dos Capelinhos em 1957, na Ilha do Faial, o Senado Americano aprovasse em Agosto de 1958, em regime especial, a entrada de centenas de famílias açoreanas no seu território, realidade normativa muito excepcional na história daquela potência mundial.

Desde a consolidação da democracia portuguesa e do conseqüente desenvolvimento económico do País, a que não é estranha a integração europeia de Portugal, a emigração lusitana nos EUA tem vindo a registar um ritmo comparativamente mais lento face aos períodos anteriores.

Como refere António Luis Vicente, em "A Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos da América", os valores anuais de imigrantes portugueses admitidos nos EUA de 1986 a 1996 foram de 35.815, número significativamente inferior aos 76.065 registados na década de 60 ou aos 101.710 da década de 70.

A esta expressão numérica importa acrescentar a dinâmica funcional da integração social destas pessoas. Quando alguém é aceite nos EUA, isso significa que lhe é atribuído o estatuto de imigrante. Em teoria, instalada a família e constatada uma ocupação estável, o estatuto atribuído pode durar indefinidamente.

Perante semelhante realidade, muitos foram os portugueses que ao longo dos anos não sentiram a necessidade de requerer o processo de naturalização e de assim se tornarem cidadãos americanos de corpo inteiro.

Em abono da verdade, a situação de imigrante também era favorável ao Estado português, se tivermos em conta as remessas financeiras que esta situação representava para o País e que tão importantes foram para as finanças públicas nacionais.

No entanto, esta tendência tem vindo a mudar. A percepção dos benefícios da naturalização destes cidadãos que na sua maioria não aparenta intenção de regressar a Portugal, tem-se traduzido numa vaga crescente de naturalizações.

Esta nova realidade tem na sua origem aspectos muito relevantes para o interesse directo destes cidadãos e para a política externa portuguesa, da qual o estado português ainda não retirou o proveito devido. Em primeiro lugar, ela contribui para inverter a fraca participação política destas comunidades, uma vez que com a naturalização vem automaticamente o direito de voto, instrumento decisivo para a influência directa nos destinos do país de acolhimento; em segundo lugar, garante a devida e justa integração fiscal destas comunidades, salvaguardando os direitos sociais inerentes ao processo de naturalização; por fim, em terceiro lugar, inviabiliza a política seguida pelos EUA que permite a deportação de imigrantes legais que tenham infringido a lei, o que, em muitos casos, tem separado famílias e transferindo para Portugal e, particularmente para os Açores, problemas sociais e prisionais de muitos que de Portugal nada relembram e que da língua têm, apenas, um domínio escasso.

Se atendermos à tradicional abertura do sistema político norte-americano à participação política de cidadãos com origens étnicas distintas, percebemos facilmente as vantagens desta política de naturalizações.

No entanto, esta mais-valia ainda tem sido pouco aproveitada. Apesar da tendência de crescimento registada, salvaguardando o facto de que só após alguns anos de permanência é que pode ser desencadeado o processo de naturalização, por exemplo, perante o total dos imigrantes admitidos em 1977, apenas 29,5% dos imigrantes portugueses se tornaram cidadãos americanos, contrastando com a média de 45,9% registada com outras comunidades face ao ano em análise.

Dos cerca de um milhão de portugueses e luso-descendentes nos EUA, apenas cerca de 45% se encontram naturalizados. Ou seja, de forma voluntária existem ainda muitos portugueses que não exercem ou beneficiam de direitos políticos de cidadania nos EUA. Perdem essas comunidades, perde Portugal.

Em termos sócio-económicos, nos primórdios do ciclo, muitos dos portugueses que emigram para os Estados Unidos trabalhavam no sector da agricultura e das pescas, áreas tradicionais em Portugal e onde possuíam já alguma experiência. Progressivamente, e já englobando quase a

totalidade destas comunidades, o sector terciário absorve já quase toda a mão-de-obra *portuguesa*. Curioso é que no senso de 1990, 14,3% desta população trabalhava no sector público norte-americano e, apenas, 8% dos luso-americanos tinham dificuldades económicas, ou seja, não estavam devidamente integrados na economia americana. Isto, numa população com um nível educacional muito deficiente, sobretudo nos graus de escolaridade mais avançados e onde, nem sempre, o domínio da língua inglesa constitui uma realidade universal, não deixa de constituir sinal de esperança para o sucesso do processo de integração.

Os Estados de Maior Concentração de Portugueses nos EUA

A escolha dos estados onde os portugueses se fixaram nos Estados Unidos não é aleatória nem ocasional.

Com base no senso de 1990, podemos verificar que existem portugueses em todos os estados Norte-Americanos, sendo o Norte Dakota o menos escolhido (131 luso-descendentes), por contraposição com a Califórnia (275.492 luso-descendentes).

Os sete estados com maior representatividade da comunidade portuguesa são, por esta via, Califórnia; Massachusetts; Rhode Island; New Jersey; Hawaii; Connecticut e New York. Inversamente, os de menor presença portuguesa são: Norte Dakota; West Virgínia; South Dakota; Nebraska; Washington DC; Wyoming e Iowa.

Ou seja, os portugueses fruto das profissões que inicialmente abraçavam, pesca e agricultura, escolheram as zonas costeiras, principalmente a região do North-East (49%), da Nova Inglaterra e a região West (41%), da zona da Califórnia, para se fixarem nos EUA.

Perante esta realidade, verificamos que a comunidade luso-americana é, em termos de *ranking* na hierarquia das comunidades étnicas com maior representatividade numérica em cada um destes estados, a 13ª na Califórnia; a 8ª em Massachusetts; a 5ª em Rhode Island; a 13ª em New Jersey; a 26ª em New York e a 3ª no Hawaii.

Embora os números absolutos desta comunidade sejam grandes para a expressão global de portugueses no mundo, eles são pequenos para a dimensão dos EUA (0,36% da totalidade da população norte-americana, segundo o censo de 1990). Mas esta realidade, fruto da sua distribuição, não invalida a definição de uma política cirúrgica de aproximação e maximização daquilo que politicamente elas possam representar. A sua concentração poderá permitir obter uma representatividade política muito superior à sua real expressão nacional.

A Integração Política da Comunidade Portuguesa nos EUA

A comunidade portuguesa nos Estados Unidos não atingiu a expressão política, social e económica de outras comunidades étnicas, como a italiana, a irlandesa ou a grega, só para citar as mais emblemáticas de origem europeia.

Aparca dimensão, a falta de organização integrada e a fraca expressão na economia norte-americana ditaram semelhante realidade.

No entanto, a lógica do sistema político nos EUA obriga a que os congressistas federais, eleitos por determinada zona geográfica, defendam aquilo que é o interesse nacional mas, simultaneamente, os interesses dos cidadãos da zona que os elegeram. Assim sendo, qualquer congressista, luso-descendente ou não, eleito por uma região com forte concentração da comunidade portuguesa estará automaticamente obrigado a defender os seus interesses a nível nacional. Ou seja, a lógica do poder local tem, neste sistema, tradução imediata na arquitectura política federal.

Atendendo ao sistema bicamário do Congresso Federal nos EUA, composto pelo Senado, onde cada estado elege dois representantes e pela Câmara dos Representantes, onde a eleição é proporcional à sua dimensão demográfica e, por isso mesmo, portadora de uma muito maior proximidade entre as comunidades eleitoras e os eleitos, a designada Câmara baixa constitui alvo privilegiado nesta abordagem política da integração das comunidades portuguesas nos Estados Unidos. Os seus eleitos representando um número muito menor de cidadãos, tendo por via dessa realidade uma muito maior proximidade aos problemas dessas populações, um maior conhecimento de causa, uma maior sensibilidade, enfim, um maior compromisso político.

Relembrando os estados com maior concentração de comunidade portuguesa, temos no Senado, pela Califórnia, Barbara Boxer e Dianne Feinstein; pelo Massachusetts, Edward Kennedy e Jonh Kerry; por Rhode Island, Jack Reed e Sheldon Whitehouse; por New Jersey, Frank Lautenberg e Robert Menendez; pelo Hawaii, Daniel Akaka e Daniel Inouye; por Connecticut, Christopher Dodd e

Joseph Lieberman e por New York, Hillary Clinton e Charles Schumer.

Na Câmara dos Representantes e nos distritos de maior presença da comunidade portuguesa temos, só a título de exemplo, na Califórnia os três luso-descendentes que abordaremos mais à frente; em Massachussets, Barney Frank e em Rhode Island, Patrick Kennedy.

Os primeiros grandes representantes políticos a assumir esta representação lusitana foram o Senador Edward Kennedy, o Representante Barney Frank, ambos eleitos por Massachussets e, ainda, Anthony Coelho, o primeiro luso-descendente, eleito pela Califórnia para a Câmara dos Representantes.

Nos últimos anos esta representação federal tem mesmo vindo a crescer. Na legislatura anterior, tivemos pela primeira e única vez um Senador luso-descendente, ainda que fugindo a esta lógica representativa da comunidade portuguesa no Congresso – Ben Night Horse Campbell, o primeiro *native-american* a chegar ao Senado Federal, figura muito mediatizada durante a presidência Clinton, símbolo da reconciliação dos EUA com o seu passado e os seus nativos e que, pasme-se, era filho de pai índio e de mãe açoreana.

Actualmente, sem nenhum luso-descendente no Senado e tendo perdido Richard Pombo, eleito pela Califórnia nas penúltimas eleições, temos ainda três luso-descendentes na Câmara baixa do Congresso, todos eleitos pela Califórnia: o Republicano Devin Nunes e os Democratas Dennis Cardoza e Jim Costa. Para além deles, contamos ainda com Barney Frank, eleito pelo 4º distrito de Massachussets, correspondendo às cidades *lusitanas* de Fall River e New Bedford, sendo por isso aquele que, não o sendo, representa um maior número de luso-descendentes. Em consequência da vitória democrata nas últimas eleições legislativas norte-americanas, a nova maioria, de onde este velho membro da Câmara dos Representantes com mais de dez mandatos cumpridos, é um dos mais influentes membros, acaba de ser eleito para a presidência da decisiva Comissão de Finanças do Congresso Federal.

Esta montra de altos representantes federais é alargada pelos diversos luso-descendentes eleitos para os parlamentos estaduais, igualmente bicamarais e onde, entre o Senado e a Câmara dos Representantes, são já muitos os portugueses que atingem estas posições, sobretudo e como é natural, nos estados com maior concentração de comunidades portuguesas.

E isto só para cingirmos a nossa análise aos níveis estatais e federal.

Exemplos Recentes em Defesa do Interesse Nacional Português – *All Politics is Local (Tip O’Neill)*

São vários os exemplos em que a acção destes congressistas visou a defesa da comunidade portuguesa e, em parte, os interesses de Portugal.

Desde a forte contestação à lei da deportação de emigrantes legais que haviam cometido atentados à luz do ordenamento jurídico norte-americano, até à defesa do alargamento do programa *visa weiver programme* e que isentou os portugueses da obtenção de visto para entrarem nos EUA, são evidentes os casos onde o País e as comunidades portuguesas muito têm beneficiado desta representação política.

No entanto, o exemplo mais relevante da defesa da política externa nacional no Congresso Federal corresponde ao processo de auto-determinação de Timor-Leste.

Dando eco à resistência e à denúncia das atrocidades sofridas pelo povo Maubere, durante anos reveladas pela acção incansável de José Ramos Horta um pouco por todo o mundo e, muito particularmente, nos EUA, país com capacidade única de influenciar a inversão da história de horrores que a Indonésia construía em Timor-Leste, os representantes políticos estaduais e federais, luso-descendentes ou simplesmente eleitos por círculos com forte presença portuguesa, chamaram a si a responsabilidade de sensibilizarem o governo norte-americano para esta questão.

Na Califórnia e em Massachussets foram muitos os que apoiaram, ao longo de muitos anos, o esforço de Portugal na procura da independência de Timor-Leste.

Em Massachussets, a proximidade do Senador Marc Pacheco a Ramos Horta, com o empenho do também já citado Robert Correia, resultaram no desencadear de um conjunto de audições parlamentares, em sede de comissão e onde as grandes empresas norte-americanas, baseadas naquele estado e com interesses na Indonésia, eram confrontadas com as sistemáticas violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

O incómodo causado foi ganhando contornos nacionais, repetido em diversos outros estados, chegado por fim à acção desenvolvida pelos luso-descendentes e representantes das

comunidades portuguesas no Congresso Federal, constituindo importante mecanismo de pressão interna àquilo que era, até então, a política de apoio das administrações norte-americanas à Indonésia.

A título de exemplo, em Maio de 1998 foi apresentada uma Resolução, posteriormente enviada à Comissão de Política Externa do Senado, órgão que tradicionalmente exerce grande influência sobre a linha política da presidência dos EUA, exprimindo o repúdio do Congresso face à opressão exercida pela Indonésia, propondo um referendo de auto-determinação como solução para Timor-Leste. Esta Resolução foi liderada, entre outros, pelo Senador Jack Reed, de Rhode Island e Edward Kennedy, de Massachussets.

Ainda antes, em Fevereiro de 1997, Barney Frank, de Massachussets, defendeu na Câmara de Representantes que a ajuda militar à Indonésia fosse reduzida ou mesmo eliminada enquanto a situação de Timor-Leste e a sistemática violação dos direitos humanos perpetrados pela Indonésia não cessassem. Chegou mesmo a propor que aquela grande potência asiática fosse excluída do programa americano de educação e treino militar.

Patrick Kennedy, de Rhode Island, chegou, inclusive, a visitar Timor-Leste nessa época, denunciando depois, em pleno Congresso, a brutal violação dos direitos humanos que havia confirmado existir em Timor-Leste. Salientando a intervenção das comunidades luso-americanas neste processo, sensibilizando o seu representante no Congresso Federal, chegou a afirmar: "As a former portuguese colony, the concerns of portuguese-americans have been great. Indeed, as I travel across the country, it is primarily in the Portuguese communities, and of course the large Portuguese community in Rhode Island, that I hear concerns over the plight of these people half way around the globe".

Este processo foi desencadeando uma corrente de apoios à posição há muito assumida pela política externa portuguesa, constituindo, por isso, exemplo cabal da mais-valia das comunidades lusitanas nos EUA em defesa do interesse nacional português.

Como costumava afirmar o antigo Senador Tip O'Neill: "All politic is local". Esta relação entre as comunidades portuguesas e os seus representantes é bem a evidência desta velha máxima, comprovando como os políticos federais representam os interesses locais dos seus eleitores.

Como Potenciar a Influência Portuguesa nos Centros de Decisão dos EUA

O poder e influência do órgão parlamentar, federal e estadual, nos EUA, é significativamente maior do que aquele com que estamos familiarizados no sistema político português ou, mesmo, nos restantes países da União Europeia.

Pragmaticamente e tendo a exacta noção da dimensão escassa da comunidade portuguesa nos EUA, cedo se conclui que a via parlamentar constitui o veículo de eleição para o reforço da influência dos interesses portugueses na maior potência mundial da actualidade.

Reiterando a noção de que a representatividade política das comunidades portuguesas é que possibilita todo este conjunto de oportunidades, é por aí que os esforços da política externa portuguesa devem ser preferencialmente canalizados.

Nos últimos anos têm sido dados passos significativos para reforçar a presença do estado português nestas comunidades espalhadas pelo mundo e, particularmente, pelos Estados Unidos.

A acção dos diversos Executivos nacionais, através da Secretaria de Estados das Comunidades assume papel de destaque, mas muito genérico e nem sempre visível.

A Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD), o Conselho das Comunidades ou o Instituto Camões são alguns desses exemplos, importantes, mas ainda de resultados escassos.

No entanto, justo é destacar, no âmbito das acções da FLAD, o *Portuguese American Citizenship Project*, concebido para estimular os portugueses nos Estados Unidos e que não tencionam regressar a Portugal, a adquirirem nacionalidade norte-americana, recenseando-se, para assim usufruir do direito de voto. A partir daqui, garantida a capacidade de participarem na vida municipal, estadual e federal, abre-se caminho a todo este processo.

A intensificação do intercâmbio verificado na sociedade civil é parte importante no reforço destes laços, mas só é feito de forma mais ou menos avulsa, não tem capacidade de produzir resultados visíveis.

Contributo interessante pode ser aquele que venha a ser desenvolvido pelo poder local de ambos os

lados do Atlântico. No âmbito do mundo dinâmico e globalizado que caracteriza os nossos dias, a competitividade faz-se muito, já não só ao nível das relações entre estados soberanos mas, também, ao nível das regiões. São estas as primeiras a desenvolverem mecanismos de promoção das suas características mais competitivas no mercado internacional.

Neste sentido, a criação de acordos de geminação ou simples protocolos de cooperação, desenvolvido com concelhos norte-americanos com significativa presença portuguesa, demográfica ou empresarial, poderá constituir de futuro uma ponte privilegiada de cooperação e intercâmbio na defesa dos interesses nacionais. Se a isto juntarmos a ligação aos países africanos de expressão oficial portuguesa sobre os quais tem aumentado significativamente, ao longo destes últimos anos, o interesse da política externa dos EUA, no quadro da procura de novos mercados energéticos ou no quadro da simples competição com a República Popular da China, então, facilmente, podemos compreender as potencialidades que este veículo encerra para a promoção, valorização e defesa dos mais diversos interesses portugueses.

O aprofundamento destes mecanismos de relacionamento externo torna-se por isso vital para a preservação dos laços e da identidade destas comunidades portuguesas nos EUA. Mas, mais importante, ainda, é a sua coordenação central, a definição de uma linha de actuação estratégica envolvendo todos estes agentes de acordo com os vectores previamente definidos pelo poder Executivo, como define a Constituição relativamente à nossa política externa.

A criatividade e a exploração dos mecanismos já existentes assumem uma dimensão imperativa na defesa dos interesses portugueses.

A nível parlamentar, existem já algumas experiências importantes e que funcionaram ao sabor das circunstâncias, de forma irregular, ao longo destes últimos anos. São exemplo disso, o *Portuguese Caucus*, na Câmara dos Representantes e o *Friends of Portugal*, no Senado, ambos de composição bipartidária. Estes grupos, reunindo congressistas com interesses comuns e muito habituais no parlamentarismo norte-americano, agregam luso-descendentes e eleitos nos círculos eleitorais com presença de comunidades portuguesas, unidos na determinação de defenderem os interesses de quem os elegeram.

Foi esta a filosofia que Richard Pombo seguiu quando promoveu o *Portuguese Caucus*, agregando na sua composição todos os congressistas "...who advocate positive portuguese-american relations", como se podia ler no seu antigo sítio na Internet.

A nível externo mas com fortes ligações ao Congresso, temos o *Portuguese-American Leadership Council of the United States* (PALCUS). Integrando de forma organizada distintos membros da comunidade portuguesa, agrega ainda figuras ligadas a Portugal como Frank Carlucci e Patrik Kennedy, funcionando como verdadeiro *lobby* político luso-americano.

Do lado português, a Assembleia da República prevê na sua orgânica a composição de grupos parlamentares de amizade com estados amigos de Portugal, desde que voluntariamente os deputados se organizem nesse sentido. Em praticamente todas as Legislaturas o grupo com os EUA tem sido formado. No entanto, a expressão da sua acção nem sempre é visível.

Na IX Legislatura, em que tive a honra de servir o Parlamento como assessor diplomático do Presidente da Assembleia da República, foram dados alguns passos para dinamizar esta ligação parlamentar. Pela primeira vez na história dos dois países, o Presidente do Congresso dos EUA visitou oficialmente Portugal e a Assembleia da República, a convite do seu Presidente, em Dezembro de 2002. A visita de Dennis Hastert, incluía na sua comitiva o luso-descendente Richard Pombo e abriu caminho para que, também pela primeira vez e a convite deste, uma delegação da Assembleia da República visitasse os EUA e o Congresso Federal, o que aconteceu ao mais alto nível em Junho de 2003.

Este relacionamento, pessoal e institucional, abriu caminho para uma mais profícua cooperação entre os dois parlamentos, permitindo, um ano depois, que a convite do Presidente da Assembleia da República uma delegação parlamentar de congressistas luso-americanos, liderada por Devin Nunes (R) e Dennis Cardoza (D), visitassem os Açores, inteirando-se das preocupações das populações locais, de onde, por sinal, eram originárias as suas famílias, mas também das preocupações do estado português na necessária manutenção da Base das Lages. O seu contributo posterior fala por si.

Depois disto, o intercâmbio parlamentar iniciou um novo dinamismo, permitindo que, pela primeira vez, uma Resolução, iniciativa de Devin Nunes e de imediato apoiada pelo Presidente Dennis Hastert, em reunião com o seu homólogo português, versando o reconhecimento ao esforço de Portugal na aliança com os EUA, fosse aprovada pela Câmara dos Representantes.

Muito mais está por fazer. É necessário manter os ganhos e as dinâmicas, por vezes, alcançadas. Mas, é bom recordar que, tudo isto, é fruto da existência de um elemento precioso para a política externa nacional – as comunidades portuguesas nos EUA.

Conclusão

Só muito recentemente os Estados tomaram consciência do importante papel que os seus emigrantes podem desempenhar como agentes de promoção e defesa do seu interesse nacional. A nível cultural, económico e político muitas são as áreas onde isso, hoje, constitui já uma realidade incontornável.

Paralelamente a este despertar, os Estados estão igualmente cientes que o sucesso deste contributo está directamente dependente do grau de integração dos emigrantes na sociedade de acolhimento.

No binário que encerra a opção entre a naturalização e o esquecimento da anterior identidade cultural, cabe aos Estados conquistarem a arte e o engenho que lhes permita combinar uma sem perder a outra.

Actualmente, o apoio a essa integração constitui o maior contributo que um Estado pode oferecer a essa comunidade, beneficiando o seu interesse próprio ao mesmo tempo que defende o interesse da sua comunidade.

A abertura, flexibilidade, pluralismo e permeabilidade a distintos grupos étnicos que o sistema político e social norte-americano permite, constitui enorme vantagem para as comunidades portuguesas lá residentes.

Cabe ao Estado português, no seu todo, reforçar a atenção que dispensa às comunidades lusas nos EUA através de uma política de comunidades autónoma e reforçada. Elas são, ainda hoje, o diamante esquecido da nossa política externa.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Onésimo T.. *The Portuguese – American Communities and Politics – A look at the Cultural Roots of a Distant Relationship*. Gavea - Brown, Vols. XIX-XX (January 1998 – December 1999), pp. 229 – 243.

Bannick, Chistian John. *Portuguese immigration to the United States: Its distribution and status*. University of California, 1917.

Cardozo, Manoel da Silveira. *The Portuguese in America 590 B.C. – 1974. A chronology & Fact Book*. Ocean Publications, Inc., New York, 1976.

Leader, Hans Howard. *Cultural Persistence in a Portuguese – American Community*. Anno Press, 1968.

Machete, Rui Chancerelle. *Sobre as Relações Portugal – Estados Unidos*. FLAD, Lisboa, 2005.

Pal, Leo. *The Portuguese – Americans*. Boston, Twayne, 1981.

Pal, Leo. *The Portuguese in the United States: A Bibliography*. New York, Center for Migrations Studies, 1976.

The Portuguese – American Citizenship Project. Booklet, FLAD, Lisboa, 2000.

Vicente, António Luís, *Os portugueses nos Estados Unidos da América – Políticas de Comunidades e Comunidade Política*. FLAD, Lisboa, 1998.

Vicente, António Luís. *Em prol da Comunidade Luso – Americana*. FLAD, Lisboa, 2001.

www.en.wikipedia.org/wiki/List-of-Portuguese-Americans

www.kindredtrails.com/Portuguese

www.everyculture.com/multi/Pa-Sp/Portuguese-Americans.html

www.libraryofcongress.gov

[1] Artigo originalmente publicado no nº 4 da Revista Segurança e Defesa.

88 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/14

“SMART DEFENCE” NA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/04/28

A POSTURA NUCLEAR DA NATO. DA CIMEIRA DE LISBOA PARA CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/03/02

AS ILHAS FALKLAND. TRINTA ANOS DEPOIS DO CONFLITO DE 1982

Alexandre Reis Rodrigues

2011/12/07

AFRICOM, UM OLHAR MAIS ABRANGENTE SOBRE ÁFRICA

Pedro Barge Cunha[1]

2011/07/07

A RETIRADA AMERICANA DO AFGANISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/29

O DISCURSO DE OBAMA E O MÉDIO ORIENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/07/09

A INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NA JUGOSLÁVIA[1]

Carlos Ruiz Ferreira[2] (Brasil)

2010/05/05

O PR E A DIGNIDADE NACIONAL

João Brandão Ferreira

2009/08/16

Os EUA E AS RELAÇÕES RUSSO-IRANIANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2009/08/01

IRÃO, UMA CRISE NÃO RESOLVIDA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/07/15

A CIMEIRA EUA/RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/06/09

AS HIPÓTESES DE NEGOCIAR COM A COREIA DO NORTE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/03/25

A CIMEIRA DOS 60 ANOS DA NATO E A UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/03/08

O QUE PODE MUDAR NA POLÍTICA DE DEFESA AMERICANA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/17

GAZA E AS ELEIÇÕES EM ISRAEL

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/01

QUO VADIS NATO? – OS GRANDES REPTOS PARA A ALIANÇA

Luís Falcão [1]

2009/01/22

A POLÍTICA EXTERNA DE DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/12/19

A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/12/03

A EUFORIA NA ANGÚSTIA DO IMPÉRIO EM TRANSIÇÃO

Tiago Fernandes Maurício

2008/12/01

O PRESIDENTE OBAMA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/25

IRAQUE, DEPOIS DAS ELEIÇÕES AMERICANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/14

EUA. O QUE SE PODE ESPERAR DE OBAMA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/10/24

RÚSSIA - A DOCTRINA MEDVEDEV

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/20

O IMPASSE IRANIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/08

A COREIA DO NORTE – UMA “BAIXA” NO EIXO DO MAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/16

A CHINA E A GLOBALIZAÇÃO DO MUNDO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/19

OS VIZINHOS DO IRAQUE E A RETIRADA AMERICANA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/14

A “NOVA” RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/04

ISRAEL E SÍRIA: DO ATAQUE AÉREO DE 2007 A UM ACORDO DE PAZ EM 2008?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/29

ANGOLA: A NOVA RIQUEZA DA ÁFRICA E PARA O BRASIL

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/04/18

BEMPOSTA ON THE ROAD - UM CONCEITO DIPLOMÁTICO

Bruno Caldeira

2008/04/15

O IRAQUE – UM BECO SEM SAÍDA?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/26

PAQUISTÃO: NOVO MOTIVO DE INQUIETAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/23

A IMPORTÂNCIA GEOESTRÁTÉGICA DO AFRICOM PARA OS EUA EM ÁFRICA

Luís Brás Bernardino[1]

2008/01/14

OS INTERESSES DOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA CENTRAL

Daniela Siqueira Gomes [1]

2008/01/11

A BOMBA PAQUISTANESA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/22

ACORDEM PORTUGUESES!

João Brandão Ferreira

2007/12/12

A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/06

UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O IRAQUE E PARA O IRÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/11/27

A CONFERÊNCIA DE ANNAPOLIS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/04

A RÚSSIA PÓS PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

AFEGANISTÃO FORA DE CONTROLE

Marcelo Rech[1]

2007/09/07

A «RETIRADA» AMERICANA DO IRAQUE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/08/29

O VAZIO DE PODER NO IRAQUE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/08/09

IRAQUE. O MAL MENOR

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/31

IDENTIDADE E INDIVIDUALIDADE NACIONAL PORTUGUESA

João Brandão Ferreira

2007/07/26

DE UMA FORMA OU DE OUTRA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/11

A CIMEIRA DA LAGOSTA E O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTIMÍSSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/01

AS RELAÇÕES RUSSO-AMERICANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/20

UMA PARCERIA COM A RÚSSIA. É POSSÍVEL PARA O CURTO PRAZO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/14

A VELHA NOVA ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS NO IRAQUE

Marcelo Rech[1]

2007/02/08

O GIGANTE INDIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/22

A ÚLTIMA CARTADA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/19

O 2º TESTE NUCLEAR DA COREIA DO NORTE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/04

A EUROPA NOS PLANOS DOS ESTADOS UNIDOS

Marcelo Rech[1]

2006/09/25

CICLO DE CONFERÊNCIAS “PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/22

A GUERRA CIVIL NO IRAQUE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/01

ALGUMAS VERDADES[1]

António Borges de Carvalho

2006/07/29

ORIENTE MÉDIO: A IMPOTÊNCIA DA ONU E A INDIFERENÇA NORTE-AMERICANA

Marcelo Rech (Editor do site brasileiro InfoRel)

2006/07/18

O FUTURO DA NATO

António Borges de Carvalho

2006/07/17

A CIMEIRA DA NATO EM RIGA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/08

HÁ SOLUÇÃO PARA O IRAQUE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/12

UM PONTO DE VIRAGEM NO IRAQUE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/05/06

CICLO DE CONFERÊNCIAS «PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS» - INFORMAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/05/04

OS VOOS SECRETOS E A TORTURA NAS PRISÕES DA CIA

Marcelo Rech[1]

2006/04/06

A SEXTA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

João Brandão Ferreira

2006/04/01

GUERRAS JUSTAS OU GUERRAS DE NECESSIDADE. O CASO DO IRAQUE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/03/28

EUA VERSUS IRÃO: TECNOLOGIA NUCLEAR OU PETRODÓLARES?

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/03/28

PARA UMA LEITURA ESTRATÉGICA DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LUSO-MAGREBINAS

João Brandão Ferreira

2006/03/11

ÍNDIA. OS CUSTOS E VANTAGENS DA PARCERIA COM OS EUA

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/25

ALIANZAS Y COALICIONES

Miguel Fernández y Fernández

2005/07/13

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: GALILEU VS GPS

Vera Gomes

2005/04/06

NATO AND THE EUROPEAN UNION: INEVITABLE PARTNERS

Robert E. Hunter, US Ambassador in NATO 93/98

2005/02/26

BUSH NA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/04

O EIXO DA TIRANIA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2004/11/27

PARCEIROS OU RIVAIS?

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/22

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/16

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL DE NOVA IORQUE

João Vieira Borges

2004/02/18

A POLÍTICA EXTERNA DE BUSH (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2004/02/15

A POLÍTICA EXTERNA DE BUSH

Alexandre Reis Rodrigues